LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

A RELAÇÃO TRABALHO E TOTALIDADE NA PERSPECTIVA DA ONTO-HISTÓRIA

THE RELATIONSHIP BETWEEN WORK AND TOTALITY FROM AN ONTOHISTORICAL PERSPECTIVE

LA RELACIÓN ENTRE TRABAJO Y TOTALIDAD DESDE UNA PERSPECTIVA ONTOHISTÓRICA

https://doi.org/10.56238/levv17n59-026

Data de submissão: 10/03/2026 **Data de publicação:** 10/04/2026

Marcos Ricardo de Lima
Doutor em Serviço Social
Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: marcoricar@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6916836325002412
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2063-273X

RESUMO

O presente artigo visa compreender o trabalho como a atividade vital que implica reconhecer que os homens transformam intencionalmente a natureza para atingir finalidades, sendo essa atividade efetivada apenas em um complexo social que envolve, além do próprio trabalho, as relações sociais e a linguagem. Nesse contexto, parte-se da afirmação de Marx de que os homens fazem a história. As relações sociais constituem o ponto de partida para a compreensão do modo como os homens agem no mundo real, elaboram conhecimento, pensam e atribuem sentido às suas relações. Ressalta-se que tais relações não devem ser tratadas como dados mensuráveis, pois sua própria origem integra-se intrinsicamente ao processo histórico.

Palavras-chave: Trabalho. Atividade Vital. Relações Sociais. Processo Histórico.

ABSTRACT

This article aims to understand labor as the vital activity that implies recognizing that men intentionally transform nature to achieve purposes, an activity that can only be realized within a social complex that involves, beyond labor itself, social relations and language. In this context, it starts from Marx's assertion that men make history. Social relations constitute the starting point for understanding how men act in the real world, develop knowledge, think, and attribute meaning to their relationships. It is emphasized that such relations should not be treated as measurable data, since their very origin is intrinsically integrated into the historical process.

Keywords: Labor. Vital Activity. Social Relations. Historical Process.

RESUMEN

Este artículo busca comprender el trabajo como una actividad vital que implica reconocer que los seres humanos transforman intencionalmente la naturaleza para alcanzar sus objetivos. Esta actividad se desarrolla dentro de un complejo social que incluye, además del trabajo en sí, las relaciones sociales y

el lenguaje. En este contexto, parte de la afirmación de Marx de que los seres humanos hacen la historia. Las relaciones sociales constituyen el punto de partida para comprender cómo los seres humanos actúan en el mundo real, desarrollan conocimiento, piensan y atribuyen significado a sus relaciones. Se enfatiza que dichas relaciones no deben tratarse como datos medibles, ya que su origen está intrínsecamente integrado al proceso histórico.

Palabras clave: Trabajo. Actividad Vital. Relaciones Sociales. Proceso Histórico.

1 INTRODUÇÃO

No artigo *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, onde analisa a tentativa de Luis Napoleão imitar seu tio Napoleão I de se autoproclamar imperador da França, Marx afirma que os homens fazem a história, ainda que não escolham as circunstâncias para fazê-la. Esta afirmação do autor do *Manifesto Comunista* põe uma questão que é relativamente nova, **a história é resultado das ações dos homens**, essa formulação, à primeira vista, parece uma afirmação óbvia, mas em termos históricos este entendimento só é compreendido em sua amplitude com a chegada da modernidade. Antes, na Antiguidade e no Feudalismo predominava a concepção de que os homens "sofriam" a história, os limites de suas ações eram condicionadas às forças da natureza (LESSA, 2005 p.84), o desenvolvimento das forças produtivas era tão limitados que o domínio sobre a natureza garantia apenas uma reprodução social incipiente. Na luta pela sobrevivência os homens tinham que vencer barreiras naturais tão poderosas que aos seus olhos eram como se a história fosse "comandada" de fora, por algo sobrenatural. Nessas circunstâncias, os protagonistas da história eram os seres celestiais, míticos.

Voltando à questão inicial – sobre a concepção de que os homens fazem a história - poderíamos perguntar: a partir de que momento os homens começaram a fazer história e como os homens fazem a história? Recorreremos a uma passagem bastante conhecida de *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1996 p.39) " o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história". Para os filósofos alemães, o marco inicial da história é inaugurado a partir do momento em que os homens começaram a produzir sua existência material, e esta produção da existência material abriu leques de possibilidades e de novas necessidades **materiais** ou **espirituais,** que fizeram – e ainda fazem - com que os homens busquem constantemente alternativas para dá respostas às novas necessidades que vão surgindo.

Esta produção da existência humana é uma condição imprescindível, seja nas comunidades primitivas, seja na sociedade contemporânea.

É impossível datar o momento exato em que os homens começaram a fazer a sua história, a sua atividade de autoconstrução. Leontiev (s/d. p.281-282) ao "separar" o processo de hominização do processo de humanização coloca que em um dado momento as mudanças biológicas cessaram ou seja, a base biológica necessária ao desenvolvimento sócio histórico ilimitado do homem tem sua finitude e já não explicam o desenvolvimento de um "ser de novo tipo". Lukács, em sua *ontologia*[1] (s/d p.2) afirma que a passagem da prevalência da vida orgânica à sociedade não pode ser observável empiricamente, mas que este é um conhecimento que só pode ser construído posteriormente com a aplicação do método marxiano, onde a chave para entender um objeto menos desenvolvido é estudar sua fase mais desenvolvida.

[1] Para nosso artigo utilizamos a tradução (mimeo) da versão italiana elaborada por Ivo Tonet.

> É preciso, pois ter sempre presente que se trata de uma passagem que implica num salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente. A esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o elo perdido entre o macaco e o homem devia falhar até porque as características biológicas só podem iluminar as etapas de passagem não o salto em si mesmo. Nós, porém, também acentuamos que a descrição, por mais precisa que seja das diferenças psicofísicas entre o homem e o animal não apanhará o fato ontológico do salto (e do processo real no qual este se realiza) enquanto não puder explicar a gênese destas peculiaridades do homem a partir do seu ser social. (LUKÁCS s/d p.3)

Caberia aqui também um novo questionamento: o que possibilitou a passagem do ser biológico para um novo tipo de ser, ou seja, o que permitiu ao homem tornar-se natureza consciente de si mesma? Tomando como referência a concepção marxiana, entendemos que o homem começa a se diferenciar da natureza no momento em que se dá a produção da sua própria existência, através de sua atividade vital – o trabalho – a qual possibilitou ao homem romper com os determinismos biológicos.

O animal tem sua vida, sua atividade, limitada pelas potencialidades inatas. O homem ao romper com os determinismos naturais criou possibilidades de desenvolvimento que não podem ser mensurados. Marx (2003 p.211) expõe que:

> [...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Ao afirmar que a atividade vital humana – o trabalho - possibilitou ao homem sua autoconstrução, Marx alerta que não se deve desconsiderar a sua base orgânica. Lukács (s/d p.4) afirma que “para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica”. O ser social se funda sobre uma base biológica, mas de modo algum se limita a ela.

Para entender o trabalho como atividade vital onde os homens transformam intencionalmente a natureza para atingir uma finalidade e que esta atividade vital só pode ser efetivada num complexo social, onde nesse complexo estão inseridos além do próprio trabalho, as relações sociais e a linguagem, é primordial compreendermos a afirmação de Marx de que os homens fazem a história.

As relações sociais devem ser tomadas como o ponto de partida para compreender o como e o porquê os homens agem, atuam no mundo real, como elaboram conhecimento e pensam de determinada forma, ou como são capazes de atribuir sentido as suas relações. Mas devemos ter o cuidado de deixar claro que não tomamos essas relações como dados mensuráveis, é preciso ter como pressuposto que a própria origem das relações sociais constitui parte intrínseca do processo histórico.

A história não pode ser vista como uma sucessão temporal de fatos e acontecimentos, nem como um progresso contínuo de produção de objetos, idéias e realizações, a história deve ser vista

como a forma pela qual homens determinados, em condições herdadas pelas circunstâncias determinadas criam os meios e as formas de sua existência social.

A constituição qualitativa do ser é um processo real, a partir do qual os homens vão criar suas representações e significados. Esse processo depende das relações que os homens estabelecem consigo e com a natureza. Essas relações sociais são constituídas pelos próprios homens, ainda que estes não tenham a clara consciência de serem seus ativos autores.

Não é por uma escolha aleatória que o trabalho tem lugar privilegiado na formação do ser social, mas decorre do fato de que:

> [...] todas as outras categorias desta forma de ser têm já, essencialmente, um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como essência ontológica, um claro caráter intermediário ele é essencialmente uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica. (LUKÁCS, s/d p.3)

É importante atentarmos para o fato de que este processo vital de intercâmbio com a natureza, através do trabalho, não é eliminado ou limitado pelo fato de existirem relações sociais mais complexas na contemporaneidade. Neste sentido, Bertoldo (2002, p.4) com base em Marx. Nos apresenta os argumentos que esclarecem a eterna necessidade da relação homem-natureza.

> Pode-se dizer, a partir daí, que as formas de sociabilidade até então conhecidas, resultam deste processo ontológico fundamental [**o trabalho como ato fundante do ser social e mediador da relação homem-natureza**]. Esta tese não é anulada pelo fato de uma sociedade atingir um grande desenvolvimento de suas forças produtivas. Ou seja, de acordo com a perspectiva marxiana, **por mais que a sociedade se desenvolva em termos de avanço científico** e tecnológico, tal desenvolvimento tem como **base ineliminável a relação homem e natureza.** [grifos nosso]

Para corroborar o pensamento de Bertoldo sobre a ineliminável relação homem-natureza, independentemente do nível de desenvolvimento de uma determinada sociedade, nos remeteremos mais uma vez a Lukács, quando trata do processo de formação do homem enquanto ser social.

Tomando como ponto de partida o pensamento marxiano, Lukács busca resgatar e desenvolver a concepção da materialidade humana enquanto subjetividade objetivada. Lukács concebe o trabalho como a forma originária do agir humano.

No sentido ontológico e não cronológico, afirmar que o trabalho é o ato fundante do ser social não significa, com isso, dizer que todas as ações humanas sejam redutíveis a atos de trabalho, contudo, o próprio Lukács coloca que sem a categoria do trabalho, as mais diversas "formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir" (apud LESSA, 1997, p.24).

Neste sentido, entender o trabalho na perspectiva marxiana, leva-nos obrigatoriamente, num primeiro momento, a apreender duas categorias fundamentais: **Teleologia e Causalidade**. Mas, antes

se faz necessário chamarmos a atenção para o fato de que na perspectiva luckasiana as categorias que compõem o ser social só podem ser estudadas separadamente para facilitar a apreensão do seu entendimento, pois nunca poderemos perder de vista a totalidade social, e que estas categorias se apresentam de forma articulada ontologicamente.

Começaremos pela teleologia. A teleologia relaciona-se ao estabelecimento dos fins, ao **ato de pôr**, da finalidade sempre ancorada no real, na materialidade. Busca alternativas para a objetivação desses fins, nesse sentido, por sua essência, é sempre uma categoria posta.

Na teleologia temos a **prévia ideação**, que é o momento de planejamento que antecede e dirige a ação. Este momento é "abstrato", mas ao mesmo tempo não deixa de ser real, uma vez que é a partir dele que ocorre a busca dos meios, ou seja, dos materiais e das condições necessárias para se **objetivar a prévia-ideação**. É, portanto, uma abstração com base no mundo real, concreto. Para exemplificar nos remeteremos a uma conhecida passagem de *O Capital* (MARX, 2003 p.211-212)

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que **ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente** na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele **imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira** [grifos nosso]

A teleologia é algo que só existe no e para o processo de trabalho, é na atividade vital do homem que o pôr teleológico se efetiva como realidade material, o ser social se baseia na contínua realização de posições teleológicas.

A causalidade é a materialidade do real que ao sofrer a ação da teleologia se torna em causalidade posta, ou seja, a teleologia respeita as leis causais e não altera os fundamentos ontológicos da natureza, mas a transforma em algo que não existia antes, mas que passa a ser real, a ser algo novo no mundo dos homens. Da síntese destas duas categorias (teleologia e causalidade), é que se poderá ver o resultado da ação do homem, isto é, o resultado da transformação de algo dado pela natureza juntamente com a capacidade do homem de refletir e "confrontar passado, presente e futuro e projetar, idealmente, os resultados de suas práxis" (LESSA, 1997, p.25).

Dito de outra forma, o trabalho é a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes, ação está a partir da qual o homem responde aos desafios da natureza. É ele, o trabalho, a condição da superação dos determinismos. É por meio desse processo de transformação que o homem se autoproduz, se faz a si mesmo homem.

Como já expusemos anteriormente, Marx (1996, p. 39-40) afirma que a primeira necessidade humana é estar vivo e os homens têm que produzir continuamente sua existência, e que satisfeita esta primeira necessidade, surgem novas outras necessidades, ou seja, surgem necessidades que não serão solucionadas através dos atos de trabalho. Para deixar mais claro: o trabalho é uma mediação entre o

homem e a natureza, esta mediação é ineliminável enquanto existirem homens, mas os homens ao transformarem a natureza não se limitam a produzir objetos, tão pouco a reproduzir o já anteriormente existente, eles criam novas necessidades que carecem de outras atividades que realizem as mediações entre os próprios homens.

Esta satisfação das necessidades humanas, através do trabalho, põe em funcionamento uma cadeia de mediações, que busca solucionar e dá respostas às demandas do ser social historicamente posto. Estas mediações transformam tanto o homem quanto as suas relações na totalidade social.

Lukács denomina as mediações que se dão na relação entre os homens de teleologias secundárias. Ou seja, as teleologias secundárias ao atuarem nas mediações homem-homem, diferem-se da teleologia posta que se realiza exclusivamente nos atos de trabalho, que media a relação homem-natureza.

O trabalho funda o ser social, porém, "apesar" de fundar o ser social este – o trabalho - não dá conta da totalidade e da complexidade das relações sociais, visto que os homens necessitam de outras mediações que aparentemente podem apresentar-se como autônomas e independentes e, entre estas diversas mediações encontra-se a educação.

Leontiev (s/d p.285) afirma que o indivíduo "aprende a ser um homem", o ser social como um ser radicalmente histórico "precisa adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana", mas não é suficiente apenas o fato de adquirir, é necessário e preciso um processo de constante aperfeiçoamento, transformação e de transmissão do "testemunho do desenvolvimento da humanidade". Este processo de transmissão de conhecimento e este aprendizado para tornar-se homem, para fazer parte do gênero humano, passa, obrigatoriamente, pela educação.

> Este processo [educativo] deve **sempre** ocorrer sem o que a transmissão dos resultados nas gerações seguintes seria impossível, e impossível, consequentemente a continuidade do processo histórico. [...] O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações das aquisições da cultura humana, isto é, com educação [grifo do autor] (LEONTIEV, s/d p.291)

Para Leontiev, a educação completa o trabalho da natureza, se o ser social tem uma base biológica, é certo que necessita de uma "segunda natureza" que não é herdada biologicamente, mas produzida e transmitida sociohistoricamente através da educação. Se como diz Bertoldo (2004 p.40), independentemente do nível de desenvolvimento de uma sociedade, o trabalho é a base da ineliminável relação homem-natureza, então nas mediações das relações entre os homens, a educação, qualquer que seja a sociedade, desempenha um papel preponderante. Leontiev (s/d p.291) corrobora nossa afirmação: "Quanto mais progride a humanidade, mais rica é a prática sócio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa". Portanto, fica-nos evidente que trabalho e educação são duas atividades que os homens – na totalidade social de uma sociedade de classes ou não - jamais poderão prescindir.

Na explicação do mundo contemporâneo, sabemos que a sociedade atual apresenta uma grande complexidade, diferente daquela sociedade do século XIX estudada por Marx, contudo, a complexidade do mundo atual não eliminou a necessidade de intercâmbio dos homens com a natureza. A própria relação homem-natureza é um fator de expressão de ideias, esta expressão e produção de ideias não se dá de forma mecânica, mas da relação ontológica entre objetividade e subjetividade, logo, os homens ao produzirem sua existência produzem também conhecimento, esta produção de conhecimento só é possível como atividade social e por homens historicamente concretos, isto não é eliminado pelo fato das teleologias secundárias, entre elas a educação, possuírem uma autonomia – aparente - frente ao trabalho.

O trabalho, fundamentado na concepção marxiana, consiste, para o homem, em condição de liberdade, já que o livrou dos determinismos da natureza. Na sua configuração atual, ou seja, na forma histórica capitalista, o trabalho assumiu a forma que é denominada de trabalho abstrato, passou a ser uma condição de alienação no momento em que é baseado na exploração para produção de mercadorias, o que gera condições antagônicas ao processo de humanização. O homem é distanciado daquilo que produziu, passando a ser não mais o homem, mas sua forma cindida, alienada que é o trabalhador, dono da sua força de trabalho, que perde o controle da sua atividade vital, da sua produção; não mais definindo o que será produzido, como será produzido, onde será produzido e, em que hora será produzido, sendo dessa forma, comandado de fora, por forças alheias a ele.

Antes de adentrarmos nas diferentes formas através das quais o trabalho se apresentou ao longo da história e, especialmente, na contemporaneidade, retomaremos a questão inicialmente abordada a respeito da realização da história pelos homens, a qual ocorre através de suas ações, por circunstâncias herdadas.

Com isso, queremos dizer que nenhuma geração começa sua atividade do nada, isto é, cada nova geração recebe da geração anterior, toda uma coleção de objetos, de forças produtivas, de idéias, de costumes e de condições de vida, tudo isso forma as **circunstâncias** herdadas, mas essas circunstâncias não estão separadas do mundo real, ao estabelecer um pôr teleológico, os homens o fazem sobre relações e situações sociais reais.

As próprias **circunstâncias** se apresentam como resultado de diversas posições teleológicas que ao longo da história levam os homens a estabelecerem outras finalidades que não estavam anteriormente planejadas.

Ao dizer que as circunstâncias propiciam aos homens o estabelecimento de novas finalidades não previstas, de modo algum estamos afirmando que existe um por teleológico na história. Lukács (s/d, p.7) nos diz que:

> Conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente em que estas têm um fim, estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Para a concepção marxiana da história não existe uma consciência que planeja nos mínimos detalhes as circunstâncias sob as quais os homens vão atuar, mas ao contrário, as circunstâncias, as ações e os próprios homens são produtos de um constructo social, sempre respeitando as séries causais.

Já vimos anteriormente que os homens através de sua atividade vital objetivam um mundo social de idéias e objetos, que constroem sua própria história, mas a exemplo de outros pensadores sociais também faremos a clássica pergunta: Se os homens fazem a sua própria história porque a fizeram de forma tão prejudicial à humanização de todos os homens?

A questão levantada acima, leva-nos ao estudo da categoria central da ordem sócio metabólica do capital que é a **mercadoria**, e consequentemente a sua produção. Mas este caminho não foi escolhido de forma arbitrária, pois, a nosso ver e, parafraseando Marx, a anatomia do homem é a chave para o entendimento da anatomia do macaco, logo, para compreendermos a atual construção desumanizadora da história faz-se necessária a compreensão da formação social histórica mais complexa e de sua célula máter que é a mercadoria.

Constatamos que antes de existir o capitalismo como ordem socioeconômica, historicamente já existia a produção de mercadoria, portanto, podemos afirmar que a mercadoria não é, necessariamente, algo inerente ao capitalismo, mas também podemos dizer que foi no capitalismo que ela ganhou o status central de categoria organizadora da sociedade e de todas as relações no interior do complexo social.

De acordo com Teixeira (1995, p.56) não é possível falar em mercadoria e mercado sem considerar as categorias produção, distribuição, circulação e consumo, pois todas elas constituem um todo organicamente articulado, observando que todo processo de trabalho está sempre inserido numa formação histórica concreta.

Para compreendermos as articulações que se processam entre estas categorias na atual ordem do capital é importante verificar como estas relações se apresentavam nas sociedades que Marx denominou de formações econômicas pré-capitalistas[2].

Ao estudar formações sociais que existiram antes e até mesmo formações que foram contemporâneas à sociedade burguesa, Marx identificou que a organização do trabalho e a relação de certos grupos humanos com a terra se davam de forma diferente da observada no capitalismo, onde a

[2] Em suas anotações, Marx denominou de "modo de produção asiático" a organização social que tinha por base a manutenção de comunidades primitivas mantidas em terras de posse comum, mas que eram convocadas a pagar tributos – geralmente em forma de trabalho - a um tipo de "Estado" responsável pela defesa e pela construção de obras públicas. Enrique Peregalli em seu livro "A América que os europeus encontraram" propõe o uso do termo **modo de produção tributário,** "para evitar confusões geográficas" , segundo Peregalli, em sua época, Marx não tinha condições de saber que o "modo de produção asiático" teve similares na África e nas Américas. Utilizaremos o termo genérico de "sociedades pré-capitalistas" para identificar os períodos históricos onde a mercadoria não era o centro da vida social.

produção para a troca determina a organização social. Os homens - nessas formações pré-capitalistas – ainda que produzissem excedentes e realizassem trocas, este não era o real propósito da organização do trabalho, mas a manutenção da comunidade estabelecida para uso comum e posse da terra.

O indivíduo, nessas sociedades, era uma espécie de **possessor,** de **possuidor** das terras que utilizava, sendo a comunidade a verdadeira proprietária, portanto, não existia sentido social em ser um proprietário fora da comunidade, mas destacamos que essa situação estava longe de ser algo harmônico, pois as diversas comunidades isoladamente não tinham condições de realizar tarefas necessárias para reprodução das condições existentes, o que possibilitou que uma comunidade se sobrepusesse às outras, que se apresentasse como comunidade principal, ou que indivíduos fossem deslocados da produção para tarefas em que desenvolvessem a função de administrar as grandes obras públicas necessárias (materialmente ou espiritualmente) para a sobrevivência e manutenção daquelas comunidades, criando assim as condições para o surgimento de uma organização política – o Estado - que se apresentasse acima dos indivíduos e das comunidades.

> Parte de seu excedente de trabalho pertence à comunidade mais elevada que, por fim, assume a forma de uma pessoa. Este trabalho excedente se realiza ao mesmo tempo como tributo e trabalho comum para a glória da unidade, destinada em parte para o déspota e em parte para a divindade tribal, imaginária. Na medida em que este tipo de propriedade comum é efetivado, na realidade, no trabalho, pode aparecer de dois modos. Ou as pequenas comunidades vegetam lado a lado, e em cada uma delas o indivíduo trabalhará, independentemente, com sua família a terra que lhe foi confiada. (Haverá, também, certo montante de trabalho para a reserva comum – para segurança, poderia dizer-se – por um lado; e por outro, para pagar os custos da comunidade, tais como os da guerra, dos serviços religiosos, etc.) (MARX, 1986 p.68)
>
> Ser membro da comunidade continua sendo condição prévia para a apropriação da terra mas, na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado. Sua relação com sua propriedade privada é ao mesmo tempo uma relação com a terra e com sua existência enquanto membro da comunidade – sua manutenção como membro da comunidade significa a manutenção da própria comunidade e vice-versa. (p.70)
>
> O indivíduo é colocado em condições tais de ganhar sua vida que seu objetivo não será a aquisição de riqueza, mas sim a autossubsistência, sua própria reprodução como um membro da comunidade; como um proprietário de parte do solo e, nesta qualidade, como membro da comuna. (p.71)

As longas citações acima foram necessárias para, com base nos estudos de Marx, identificarmos que nas sociedades pré-capitalistas a exploração de trabalho, a produção de excedentes e as trocas de produtos, possuíam uma lógica diferente da lógica burguesa atual. A produção visando exclusivamente a troca, ainda que existisse, não era o cerne da organização dessas sociedades, mas esta lógica diferente não pode ser confundida e nem ganhar um juízo de valor sendo classificada como melhor ou pior.

O certo é que para a ordem burguesa se afirmar foi necessário o longo processo de separação do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho, o que não ocorreu nas formações pré-capitalistas, pois tanto escravos quanto servos eram considerados como parte do corpo inorgânico dos seus senhores.

Uma parte da sociedade tratava outra parte como condição inorgânica e natural de sua própria existência, como força produtiva, assim como a terra, o gado, etc.

Com o surgimento das sociedades capitalistas, a relação entre as atividades de produção, de distribuição, de circulação e consumo, fundadas em relações de dependência pessoal, vai mudar totalmente.

No capitalismo, a dependência pessoal foi substituída pela interdependência pessoal de modo que o mercado passa a ser a entidade que vai cimentar, passa a ser o elo que vai unir as diferentes atividades. A partir daí isso significa dizer que tudo passa a ser produzido pelo e para o mercado e, tendo em vista o seu caráter totalizador, acaba, inclusive, fundando todas as relações jurídicas, políticas e sociais. Convertendo a própria humanidade em mercadoria.

Segundo Teixeira (1995, p. 58) quando o mercado passa a se constituir como a base real, "as relações sociais nada mais são do que expressões de relações mercantis. Igualdade, liberdade e reciprocidade têm como conteúdo, como base, o valor de troca". Dessa forma a "liberdade, igualdade e reciprocidade são relações entre pessoas, mas tão somente na medida em que têm como base a troca de mercadorias" (Idem, p.58).

Sabemos que Marx na primeira parte de sua obra de maturidade, **O Capital**, explicita de forma brilhante a questão da mercadoria, aqui vamos nos ater a alguns dos seus aspectos gerais. Na compreensão do que é a mercadoria é preciso explicitar duas características que lhes são inerentes: o valor de uso e o valor de troca.

Todo objeto que satisfaz uma necessidade humana possui uma utilidade, um valor de uso, esse valor de uso se constitui na satisfação de necessidades histórico-sociais, mas apenas possuir valor de uso não faz de um objeto uma mercadoria, é necessário também possuir um valor de troca, este valor de troca, ao contrário do valor de uso, é determinado pela quantidade de trabalho abstrato objetivado, logo a mercadoria é o valor de uso que é obtido por meio da troca. Como já dissemos antes, nas sociedades pré-capitalistas a ênfase era a produção de valores de uso.

Foi com o advento do capitalismo que o trabalho ganhou a dimensão de produtor de valores de troca, para isso foi preciso um longo processo de expropriação dos reais produtores que foram separados dos meios de produção e transformados em trabalhadores assalariados.

O trabalho assalariado é a base da produção de valores de troca. É este tipo de trabalho que produz a riqueza. As relações sociais no seio do capitalismo procuraram disfarçar as condições de relações desiguais entre trabalhadores e burgueses.

Ao contrário da concepção medieval onde os homens eram juridicamente desiguais (o senhor possuía mais direitos que o servo e isto era socialmente aceito), a doutrina liberal afirma que as relações sociais no capitalismo acontecem entre indivíduos iguais, entre proprietários, entre possuidores de mercadoria, pois se os burgueses são os donos dos meios de produção, os trabalhadores são

proprietários da força de trabalho e possuem opções de vender ou não sua capacidade de trabalhar para quem lhes pague o melhor preço.

Toda esta situação, de transformação do servo e do escravo em trabalhadores livres, só foi possível porque uma parte considerável da humanidade se libertou da condição de ser mera extensão do corpo inorgânico dos dominadores, mas este progresso consistiu numa metamorfose da exploração feudal ou escravista em exploração capitalista, enfatizamos que para Marx (2002 p.78). "O trabalhador, em relação ao patrão, não se encontra de modo nenhum na situação de **vendedor livre**... o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho e o operário vê-se obrigado a vendê-lo"[grifo do autor].

O postulado liberal esconde que as condições de negociação no mercado não são igualitárias, que o capitalista tem o Estado e o direito a seu favor, pois criou uma sociedade onde a venda da força de trabalho é condição fundamental para a sobrevivência diária.

É bastante emblemática a descrição de Marx (2002 p.79) nos Manuscritos Econômico-filosóficos:

> As multidões de trabalhadores, sempre cada vez mais amontoadas, nem sequer têm a certeza de que sempre terão emprego. A indústria, que os convocou, apenas lhes permite viver quando deles precisa; logo que os possa dispensar, abandona-os sem a menor preocupação. Assim os trabalhadores que foram despedidos vêem-se obrigados a oferecer o seu corpo e o seu trabalho por qualquer preço aceitável. Quanto mais longo, mais penoso e aborrecido for o trabalho que lhes dão, menor será o pagamento; é possível ver trabalhadores que trabalham com menor esforço e sem interrupção durante dezesseis horas por dia e que mal conseguem ganhar o direito de não morrer.

O capitalismo e a sociedade burguesa não inventaram a exploração do trabalho, mas foi no capitalismo que a exploração do trabalho atingiu níveis considerados dramáticos, levando significativas parcelas de trabalhadores a superexploração e à miséria: "O trabalhador, porém, muito diferente da classe média, estava a uma distância mínima do miserável, e via a insegurança como constante e real." (HOBSBAWM,1997 p.308).

As condições de vida a que a classe trabalhadora foi jogada são descritas como situações degradáveis e desumanas, os salários eram mínimos, o suficiente apenas para manter os trabalhadores vivos, segundo Marx (2002 p.70), "o trabalhador recebe apenas a parte mínima e absolutamente indispensável do produto; exatamente tanto quanto precisa para subsistir como trabalhador, e não como homem, e para originar a classe aprisionada dos trabalhadores, não a humanidade*"*

Voltando à questão da explicitação da mercadoria, introduzimos na transformação da natureza para suprir as necessidades dos indivíduos e de suas famílias. Nossa exposição um conceito que até então não havíamos citado: o trabalho abstrato. Quando afirmamos anteriormente que as sociedades pré-capitalistas não tinham como central a produção de mercadorias, mas de valores de uso, estamos também afirmando que na totalidade a forma de organizar o trabalho se dava na realização do trabalho concreto, ou seja, o trabalho que realiza a

É no capitalismo que a totalidade dos atos de trabalho (trabalho concreto) se apresentam como trabalho abstrato, como produtor de mais-valia, agora, as necessidades que devem ser saciadas são as da reprodução do capital e não as dos homens. O trabalho abstrato é a "atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em 'coisa'[...]" (LESSA, 2002 p.28). Se anteriormente a escassez, a pobreza, estavam relacionadas ao incipiente desenvolvimento das forças produtivas, com a generalização do trabalho abstrato, a carência será decorrente das relações sociais fetichizadas.

A título de revisão, retomaremos a concepção de homem como um ser que se diferencia da natureza, esta diferenciação acontece na sua relação consciente com o seu meio, diferentemente dos outros animais que só podem se reproduzir transformando o já existente e dado biologicamente. O homem, ao transformar a natureza de forma consciente e antecipando resultados, inaugura a história social, a sua parte biológica não será mais o determinante no seu desenvolvimento, mas suas próprias ações no seio de um mundo que não existia anteriormente.

A história dos homens será a história de suas relações sociais e suas formas de organizar o trabalho para produzir a satisfação de suas necessidades. Mas diante das encruzilhadas que se abriam frente aos seus olhos, os homens criaram relações de dominação sobre outros homens, fazendo com que existisse uma identidade entre satisfação social e satisfação daqueles que pertenciam à classe dominante, moldando de forma embrionária o capital e sua ânsia por concentrar trabalho.

As formações sociais pré-capitalistas por suas formas de organizar o trabalho para produzirem valores de uso, entravaram e represaram o pleno desenvolvimento do capital, este só se libertou de suas amarras com o advento do capitalismo e a generalização da alienação do trabalho concreto transformado em trabalho abstrato, necessário para a reprodução do capital.

Já dissemos anteriormente que o mundo das mercadorias transformou as relações humanas em relações mercadológicas. Se antes os homens se reconheciam em seus atos de trabalho, com a extensão do trabalho abstrato a todas as esferas sociais, os homens, transvertidos em trabalhadores assalariados não mais se reconhecem em sua atividade, para sobreviver enquanto homem tem que constantemente vender sua força de trabalho.

O fetiche e a alienação são intrínsecos à generalização do trabalho abstrato. Essas relações, no entanto, não ficaram restritas as atividades que transformavam diretamente a natureza, mesmo atividade mediadoras – educação, direito, etc. – também foram transformadas em atividades reprodutoras de capital.

É importante atentarmos para o aspecto de que a produção de mais-valia, portanto, de capital, se dá na atividade direta de transformação da natureza sob o signo alienado do trabalho abstrato, as atividades de mediação, transformadas pelo capital em setor mercantil de serviços realiza a mais-valia

produzida na fábrica. Com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, com o uso cada vez mais constante de parafernálias tecnológicas, superexploração do trabalho, etc., a produção de mais-valia atingiu níveis de produtividade nunca antes imaginada, o que forçosamente leva à ampliação dos setores de serviços para realizar no mercado a mais-valia produzida na fábrica.

A ampliação contemporânea e a presença cada vez mais constante de práxis sociais que não são trabalho levam muitas vezes à noção aparente de que o trabalho não é mais a atividade vital do homem no capitalismo do século XXI. Segundo Lessa (2002, p.29) isto acontece por três características da atual forma histórica do capitalismo: a diminuição ou extinção de empregos na atividade produtiva direta; diminuição da distância entre planejamento e processos produtivos; maior aproximação entre as atividades que realizam a mais-valia e aquelas que as produzem.

Essas transformações que fazem com que cada vez menos indivíduos estejam ligados às atividades produtivas diretas, não eliminam ou não negam o trabalho como necessidade eterna de intercâmbio com a natureza; apenas testemunham o histórico, constante e necessário desenvolvimento das forças produtivas, mas esse desenvolvimento não se objetiva como uma conquista de toda a humanidade, pois ao liberar cada vez mais indivíduos da produção direta, esses são jogados pelo capital para fora da sociedade de consumo, para fora das relações de compra e venda de mercadorias, única forma de sobreviver sob o domínio do capital.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Edna. Educação: um processo sócio - histórico de objetivação/apropriação. In**: Anais** do XV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte-Nordeste. EPENN-2001

FREITAG, Bárbara**. Escola, estado e sociedade**. 6ª edição, São Paulo – SP : Moraes, 1986.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21ª edição, Rio de Janeiro – RJ: Guanabara, 1986.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETTI, Celso; SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N.S. (orgs.). **Trabalho, formação e currículo. São Paulo** – SP: Xamã, 1999 (p.121-139).

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. In: **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Sociais. São Paulo: 1998.

LEONTIEV, Aléxis. **O desenvolvimento do psiquismo.** 1.ª ed. São Paulo: Moraes, s/d.

LESSA, Sergio**. A ontologia de Lukács**. 2ª edição. Maceió – AL, Edufal, 1997.

_____. **O mundo dos homens.** 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

LÚKACS, G. Il Lavoro. In: **Per una Ontologia dell'essere sociale.** Roma: Riuniti, 1981a, p. 11-131. (Tradução Mimeografa, de Ivo Tonet, 145p.).

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos - filosóficos**. São Paulo – SP: Martin Claret, 2002.
_____. **O capital** (Livro 1, Vol. II). 12.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo**: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. Trad. Ivo Tonet. Maceió-AL, s/d. Mimeo.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

TEIXEIRA, F.J. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.